



Autor Principal: Elen Rose da Cruz Cunha

Orientador: Luana Deva Mendes

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS - “CONTRIBUIÇÕES PARA NORTEAR A PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORES”

RESUMO

Tenho um aluno surdo e agora? É possível ofertar uma educação de qualidade aos alunos surdos no modelo de inclusão? O presente trabalho tem como objetivo geral, utilizar vivências do Estágio do Curso de Licenciatura do Letras Libras, contemplar ações dentro do espaço educacional, para que sirvam de modelo a docentes e gestores por meio de aula bilíngue ofertada com na disciplina de Biologia, de forma a investigar as especificidades, favorecendo ensino de qualidade para alunos surdos. A proposta para as reflexões aqui apresentadas foram fundamentadas a partir da vivência e de artigos e livros publicados por autores como Doziart (2004); Gesser (2009); Girolleti (2017); Goldfeld (2001); Lima (2006); Quadros (2006); Strobel (2015); assim como, embasamento nas leis gerando contribuições pedagógicas para a prática dos profissionais da área da educação como professores e gestores que tem estudantes surdos incluídos nas escolas.

Palavras-chave: Educação bilíngue. Políticas Públicas Inclusivas. Metodologia de ensino.

INTRODUÇÃO

Quando se faz uma retomada na história da educação dos surdos, percebe-se o sofrimento destas pessoas na luta para adquirirem o direito de usarem sua língua a Libras (Língua Brasileira de Sinais). Certamente o cenário conduziu a submeterem a imposição da filosofia oralista, somente sendo aceitos na sociedade se soubessem falar. Outras correntes filosóficas lhes foram impostas durante a educação do surdo como o bimodalismo e a comunicação total, do qual não será aprofundado neste momento. Sendo imprescindível que profissionais da área da educação que atendem alunos surdos tenham conhecimento a respeito.

Conhecer as correntes filosóficas a respeito da educação dos surdos foi de grande importância para proporcionar uma reflexão sobre a compreensão de qual o melhor método a ser utilizado. É de fundamental importância que as crianças surdas adquiram a Libras como sua

L1(primeira língua) desde os primeiros dias de vida, e que o Português lhes seja ensinado como L2(segunda língua) na modalidade escrita constituindo assim, a proposta de ensino bilíngue, por meio da qual, Lima (2006, p. 7) nos esclarece a respeito:

A proposta bilíngue traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda ao reconhecer a LIBRAS como uma língua [...]. O bilinguismo favorece o desenvolvimento cognitivo, alarga horizontes e amplia o pensamento criativo da criança surda. Ao abordar a questão da “cultura surda”, a proposta bilíngue chama a atenção para o aspecto da identificação da criança com seus pares, que lhe possibilita e permite construir a compreensão da sua “diferença”, e, assim, de sua própria identidade.

Posto isso, fica claro perceber que a aquisição de uma língua é relevante não apenas para se comunicar, mas para propiciar, capacidade de se constituir como ser pensante, crítico e consciente de seus atos. Portanto, a aquisição da linguagem “[...] não é apenas como um meio de comunicação, mas principalmente como constituidora do pensamento, como fator essencial para o desenvolvimento cognitivo da criança” (GOLDFELD, 2001, p. 15).

Vastas são as discussões a respeito da educação bilíngue para os surdos incluídos em salas regulares com estudantes ouvintes. Esta reflexão foi possível, diante da oportunidade de vivenciar como são ministradas aulas para surdos incluídos em salas regulares dos anos Finais do Ensino Fundamental, durante o período de estágio da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório I – Letras Libras.

A autora deste artigo, por já ter tido a oportunidade de estagiar também em escola pública municipal com sala só de surdos, pôde fazer um “elo” comparativo com relação às metodologias de ensino, das quais não mudaram em nada as salas com alunos ouvintes e surdos inclusos. O despreparo dos professores frente a necessidade de ministrar aulas diferenciadas para surdos foi crucial.

Por constatar a falta de metodologias que contemplem suas especificidades linguísticas é que buscou-se informações para responder ao seguinte problema: É possível ofertar educação de qualidade ao alunos surdos no modelo de inclusão?

O presente artigo tem como objetivo principal, contemplar ações dentro do espaço educacional, para que sirvam de modelo a docentes e gestores por meio de modelo de aula bilíngue que foi ofertado com a disciplina de Biologia.

Nesta situação, empenhou-se suporte em autores que são referências da área da Libras: Doziart (2004); Gesser (2009); Girolleti (2017); Goldfeld (2001); Lima (2006); Quadros (2006); Strobel (2015).

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a Meta 4.0 do PNE/2012, “[...] é garantido sistema educacional inclusivo com salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados”, mas de nada adianta se os articuladores não se posicionarem de forma a promover a diferença e mover ações necessárias ao atendimento das especificidades linguísticas dos alunos surdos.

As Metas 4.7, orienta a Instituição da importância de se garantir a educação aos surdos respaldando suas especificidades:

Meta 4.7 garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas [...];

Conforme o Art. 30 do Decreto 6.949/2009, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência constante na Meta 4.0, o Estado orienta para que seja preservada a dignidade e eleve a autoestima das pessoas com deficiência.

Em específico para os alunos surdos encontramos as seguintes orientações em seu Inciso 3.0:

- b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, sejam ministradas nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Para que isto seja possível, é necessário que os gestores tenham contemplado em sua equipe, docentes profissionais com conhecimentos linguísticos a respeito da Libras, que é o que o Inciso 4.0 da referida Lei publica.

Conforme nos é apresentado, a própria lei orienta para a importância de promover o ensino da Libras como capacitação a TODOS que frequentam o espaço escolar podendo como sugestão, acrescentar no calendário anual, oferta de ensino da Libras para familiares de estudantes surdos.

Karin Strobel (2015, p.92), nos apresenta a importância de se respeitar a cultura surda de alunos surdos, e isto só é possível se começarmos a promover formações a estes profissionais da educação, fazendo-os conhecer sobre a educação dos surdos. Tanto é verdade, que a autora contextualiza que os currículos aos poucos começam a apresentar algumas alterações, sendo acrescidos: a história de surdos, a literatura surda além da introdução à língua de sinais.

O capítulo sobre educação especial da Lei 9.394/1996 apoia a inclusão/integração do aluno especial em escola regular, e essa lei é questionada pela representante surda Karin Strobel

(2015, p. 124) sobre quais os respaldos que esta lei traz para a garantia da educação dos surdos, assim como questiona a falta de preparo escolar.

Certamente, abordar temas que envolvam os artefatos culturais para a formação do corpo docente, trará norteadores para uma prática educacional, que promoverá articulação com as disciplinas por meio de conteúdos transversais. São excepcionalmente possíveis utilizando feira de cultura, esportes adaptados, promovendo várias formas de valorizar a arte surda, proporcionado que alunos surdos aprendam valores culturais inerentes ao seu povo, fazendo os sentir partícipes de uma comunidade, não se sentindo únicos nem deficientes, apenas diferentes como todos nós os somos, oportunizando a todos conhecer sobre essa diversidade a respeito da cultura surda.

Essa transformação curricular e formação do corpo docente são extremamente necessárias. Ao se conhecer aspectos culturais dos surdos, começa entender como é essa educação ideal, para que tanto a comunidade surda fale e permite ainda que os alunos ouvintes se deslumbrem com a riqueza cultural que permeia esta comunidade, promovendo de fato uma sociedade justa e igualitária.

METODOLOGIA

Por intermédio da Regência, durante o período do Estágio na Escola Estadual, foram ministradas aulas atendendo as especificidades linguísticas do sujeito surdo, ou seja, em sua L1, portanto em Libras, com materiais adaptados para o uso de metodologia de ensino bilíngue, sendo o português ministrado na modalidade escrita, como segunda língua.

Ressalto a importância de um momento ímpar em que literalmente possa se colocar no lugar do outro, e assegurar a tão pronunciada palavra “Empatia”. Mas, ao mesmo tempo em que nos colocamos no lugar do profissional que está diretamente envolvido com a educação dos surdos, não podemos simplesmente usar como subterfúgio para a não oferta de uma educação de qualidade o simples argumento de que ‘não fui preparado para esta realidade’. Como docentes, somos responsáveis em garantir uma sociedade igualitária, para isto, devemos pesquisar e procurar conhecer a respeito.

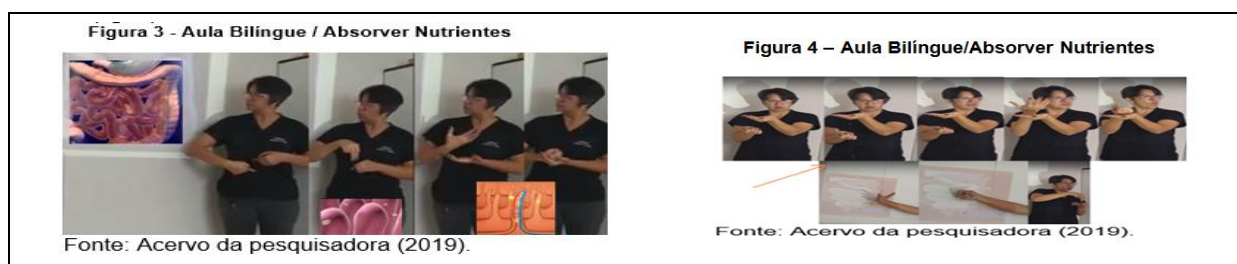
Ao se observar as mazelas da educação para com os surdos, percebe-se nitidamente a falta da oferta de formação para todos que compõem este espaço escolar, onde realmente não sabem como alcançar estes alunos surdos, e vê no intérprete, a única ferramenta para se levar o conhecimento,

Geralmente as escolas possuem excelentes materiais didáticos, apropriados para serem utilizados como recursos visuais: globos terrestres, folders de mapas, relevos, corpo humano, manequim de resina plástica emborrachado com todas as partes do “sistema digestório”, órgão reprodutor feminino, órgão reprodutor masculino, entre outros. E foram utilizados, veja abaixo material de resina sobre o ‘Sistema Digestório’ utilizado durante o período de Regência (fig.1).



O conteúdo selecionando foi “Sistema Digestório”, sendo possível encontrar vários vídeos interativos no YouTube, favorecendo a explanação do conteúdo em Libras (fig.2).

A primeira estratégia utilizada foi o vídeo, mostrando cada compartimento do sistema digestório e como o processo de digestão ia acontecendo. Durante a explicação apresentou-se o classificador (CL) de “ABSORVER”, para explicar o ‘bolo alimentar’. (fig. 3).



Constatou-se a necessidade de aprimorar uma metodologia que pudesse contribuir de fato para algo que até então não estava sendo possível abstrair por falta da visualização. Portanto, pegou-se uma garrafinha com água que estava próxima e despejou aos poucos água na mão que estava em formato de cuia. Diante desta cena, fez-se a sinalização para “absorver nada”. Em seguida abriram-se os dedos, e a água pôde escorrer. Neste momento, fez-se o sinal “absorver” (fig. 4).

Na figura 5, ao manusear o material, consegue-se abstrair o conceito que está sendo ensinados, com isto, eles aprendem com propriedade. A professora aproveitou o momento para introduzir a palavra “estômago” nomeando o órgão.

Todas as etapas foram apresentadas de forma a ter significado. Percebe-se o quanto é importante um ambiente em que se tenham falantes da mesma língua, como forma de

proporcionar as trocas, e como receber instrução na L1 possibilita imersão plena rumo ao conhecimento.

Veja passo a passo, e estratégia de ensino para o entendimento da “saliva”, como é produzida, classificador da língua, classificador Glândulas salivares, tudo sendo apresentado dentro de um contexto, onde também é apresentado o classificador para “babar” (fig.6).

Figura 5- Manipulação do material.



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

Figura 6 – Glosa: S-a-l-i-v-a



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

Concomitante ao uso do vídeo interativo realizou-se toda a sinalização do conteúdo, a apresentação da palavra no português e explicação em Libras. Gesser (2009, p. 59) contribui sobre o ensino do português como L2 para surdos, “O ensino da escrita para os surdos, entretanto, tem que ser, indiscutivelmente, promovido na língua primeira de sinais.”, é mais do que comprobatório que a língua de instrução para alunos surdos deve ser a Libras.

Como forma de sistematização do conhecimento, utilizou-se de várias metodologias e atividades, podendo ser descritas a seguir:

- Por meio de Disputa - Ao apresentar o órgão do ‘Sistema Digestório’, era solicitado que solestrassem o nome usando da datilologia e em seguida localizar as palavras distribuídas em suas carteiras, se não conseguissem soletrar a palavra, esta seria escrita no quadro para que pudessem localizá-la em sua carteira (fig. 7 e 8). Quem conseguisse concluir primeiro era atribuído um ponto no quadro;
- Por meio de Jogos - Jogo de dominó com imagens dos órgãos sobre “Sistema Digestório” e os nomes correspondentes, podendo manipular os órgãos de resina para auxiliar, propiciando a memorização da escrita em português com significado (Fig.;8 ,9 e10).

Figura 7 – Apresentar o local de onde sai a saliva/Função



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

Figura 8 – Introduzindo o Português como L2, com significado.



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

Figura 9 – Introduzindo o Português como L2



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

Figura 10 – Jogo da memória/Sistema Digestório



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

Figura 11 – Sistematização do conhecimento por meio da arte



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

- Por meio da Arte - Foi solicitado construir o ‘Sistema Digestório’, com o uso de massinha de modelar, para desenvolver a habilidade de leitura colocando plaquinhas com pequenos textos impresso, ao lado de cada órgão, tendo a descrição da função de cada parte. Para isto, tiveram que ler cada plaquinha para saber a qual parte se referia, além de ter que nomear todos (fig. 11);
- Soletração - Cada parte do órgão do ‘Sistema Digestório’ foi soletrado com o uso da datilologia, se os alunos surdos não conseguissem descobrir a qual órgão correspondia era produzido o sinal, até que conseguissem lembrar qual parte estava sendo solicitado;
- Ditado com imagens - Foi apresentado o sinal/classificador de cada órgão com a utilização das resinas e ou slide, para que pudessem escrever no caderno a palavra a qual se referia (fig. 12);
- Atividade impressa - Como forma de promover o conhecimento e desenvolver a habilidade de leitura,
- Computador - Por ser uma atividade prazerosa, proporcionou explorar o conhecimento adquirido até a etapa, com foco na leitura e interpretação de pequenos textos, com o objetivo de correlacionar a imagem apresentada (fig.13). Esta atividade foi utilizada como avaliação.

Figura 12 – Ditado Utilizando Classificadores e imagem
Como forma de praticar o Português na modalidade escrita L2



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

Figura 13 – Trabalhar a aquisição do Português como L2
por meio de jogos virtuais, contribuindo também para
o aprendizado do conteúdo e desenvolver a habilidade de leitura



Fonte: <http://www.aficaeducacional.com.br/htdocs/atividades/sist_dig/atv2.htm>.
Acesso em: 23 out 2019.

Além deste exemplo de aula bilíngue para alunos surdos, como o estágio foi realizado no mês de Setembro e por fazer parte do calendário de datas importantes para a comunidade surda, executou atividades comemorativas, momento significativo que também será apresentado para nortear as práticas docentes de professores bilíngues.

Planejou-se uma palestra a todos da escola, sobre a História da Educação dos surdos, suas lutas enfocando o direito de utilizar sua língua materna, tendo como atividade prática, oficina com o ensino de sinais básicos, que pudessem favorecer o contato entre os surdos na escola e a comunidade ouvinte.

Temos que ficar atentos para trazermos significados ao que está sendo ensinado. Mais uma vez, nos mostra que o Planejamento por si só, não esgota todos os recursos metodológicos que pode ser usado durante uma aula. Muitas são as situações que vão acontecendo que demanda ir além do que se planejou.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Plano Nacional de Educação – PNE sob a Lei 13.005/2014 propõe como objetivo prover educação de qualidade para todos os cidadãos. Mas será que nossos alunos surdos estão realmente recebendo educação de qualidade, principalmente os que se encontram na dimensão da diversidade e da inclusão em grupos específicos? A Meta 4.0 contempla este grupo mas, a qualidade está sendo primada? Porque nas salas Multifuncionais, não tem a presença do Instrutor surdo que é imprescindível para garantir o desenvolvimento deste aluno surdo? Porque as escolas que tem alunos surdos matriculados em salas de aulas regulares nos padrões da Inclusão, mas as metodologias de ensino ainda não contemplam as especificidades linguísticas deste grupo minoritário?

Esta mesma importância se estende em todas as etapas do desenvolvimento dos surdos, pois, sendo minorias se encontram muitas das vezes sozinhos incluídos em sala de ouvintes, e seu processo de desenvolvimento enquanto sujeito surdo se estagna, por não ter um modelo a seguir do qual possa refletir em si próprio sua identidade, de modo a não se sentir único.

Abaixo algumas sugestões para que, gestores de escolas e todos os profissionais da área da educação possam recorrer, como suporte para suas ações, e execução de Políticas Públicas Educacionais Inclusivas que primem de fato pela educação de qualidade dos alunos surdos.

A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, em seu Art. 1º reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal da comunicação e expressão das pessoas oriundas de comunidade surdas no Brasil. O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei acima, e em seu capítulo IV, Art. 14, orienta que, seja ofertado obrigatoriamente o ensino da Libras e da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos desde a educação infantil. Para que o ensino da L2 seja ofertado, é imprescindível que a escola tenha compondo seu quadro de funcionários, professores com conhecimentos acerca da singularidade

linguísticas dos surdos que tanto tem se falado aqui, assim como professores de Libras ou Instrutor surdo, para que possa ofertar uma metodologia de ensino voltada para a pedagogia visual.

Ainda no Decreto 5.626, encontram-se orientações a respeito ao atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, tendo-se a oferta deste, em turno contrário da escolarização.

CONCLUSÃO

Produzir o presente artigo baseado nas experiências do estágio foi de suma importância, possibilita entender como de fato se dá o processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos incluídos em escolas regulares em salas de ouvintes, e perceber a necessidade de se criar Políticas de Inclusão dentro do espaço escolar.

As mazelas apresentadas pela sociedade com relação à educação dos surdos é algo que precisa ser superado, sendo o momento de se quebrar paradigmas de que surdo não é capaz de aprender.

Não ofertar uma metodologia pautada nas especificidades linguísticas dos surdos, que aprendem na modalidade viso-espacial, utilizando-se da Libras sua L1 como língua de instrução e não capacitar os profissionais que estão atuando com surdos inseridos em sua sala de aula, é o mesmo que conduzi-los ao fracasso, a uma vida inútil, é destruir sonhos que muitas vezes nem são sonhados por não lhes serem proporcionado visão de mundo, possibilidades, oportunidades ou simplesmente o conhecimento.

Entender como de fato se estabelece uma didática de ensino, com metodologias que venham contribuir para o aprendizado de surdos é transformar, onde todos possam de fato gozar dos mesmos direitos e zelar pelos deveres a serem cumpridos, é proporcionar dignidade a esta minoria e de se fazer digno de ocupar o espaço de educador.

Compreender as leis já existentes norteia a prática docente, e subsidia ações que poderão e devem ser tomadas por gestores para a promoção de uma educação de qualidade e equidade para surdos. Onde se faz necessário praticar de fato o significado que a palavra Empatia nos traz, promovendo ações que necessitam ser desenvolvidas dos quais poderão constar em documentos elaborados como Políticas Inclusivas dentro do espaço educacional.

Para finalizar, um atendimento eficaz que prima pelo respeito e direito de da oferta de qualidade de ensino aos alunos surdos inseridos em rede regular de ensino, incluídos com alunos ouvintes, exige engajamento de todas as esferas envolvidas no ambiente educacional, possibilitando novas linhas de pesquisas, assim como, a importância de avaliar os trabalhos

ofertados pelos Tradutores/Interpretes de Libras e equipe das salas Multifuncionais. Todas estas estruturas compõe a mesma esfera para a oferta de qualidade aos surdos, necessitando que estejam todas articuladas e engajadas.

Há de se ter um olhar de respeito e compromisso para com estas crianças surdas que assim como as crianças ouvintes, trazem toda a expectativa familiar de conseguirem se constituir cidadãos partícipes de uma sociedade com aptidão para se posicionarem frente a obstáculos, e lutar para conquistar seu lugar à sombra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002** – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 14 out 2020.

Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 14 out 2020.

Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 out 2019.

DORZIAT, Ana. **Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** Revista Educação Especial, n. 24, 2004. Disponível em: < <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4921/2955>>. Acesso em: 07 out 2019.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. [prefácio de Pedro M. Garcez].- São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sociointerlista. São Paulo: Plexus, 2001. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=bM_MhU5SUWsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q=mais%20de%2090%25&f=false>. Acesso em: 11 mai. 2019.

Plano Nacional de Educação – PNE
Disponível em:< <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 07 out 2019.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 3. Ed. ver. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.148 p.

LINK DO VÍDEO EM LIBRAS

https://www.youtube.com/watch?v=hsId0C9B838&list=PL_TfY_O6R71Nwt9O7mCWhc5kfEynVCy6q&index=1&t=3s